

**POLÍTICA DE COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA COMPARADA:
BRASIL, ESTADOS UNIDOS E UNIÃO EUROPEIA****Júnia Cristina Péres Rodrigues da Conceição**Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea. *E-mail*: <junia.peres@ipea.gov.br>.DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2759>

O texto tem o objetivo de discutir e comparar as políticas de comercialização agrícola do Brasil, da União Europeia e dos Estados Unidos, mostrando as alterações ocorridas, principalmente depois do processo de liberação do comércio nos anos 1990.

O trabalho está dividido da seguinte forma: inicialmente é apresentado o cenário internacional para a política de comercialização agrícola, explicitando as regras do comércio internacional e os limites para as políticas agrícolas internas a cada país signatário. Em seguida, é feita uma análise histórica sintética da política de comercialização no Brasil. Logo após, é analisada a política agrícola nos Estados Unidos, em uma perspectiva histórica. É feita também uma breve análise da Política Agrícola Comum (PAC) e de como esta foi sendo alterada ao longo do tempo, dando ênfase à política de comercialização agrícola nos países da União Europeia. Em ambos os casos, procura-se salientar a política de comercialização agrícola, mais especificamente a questão do suporte ao preço agrícola. Finalmente, são apresentados os principais desafios para o Brasil, no sentido da definição de uma política de comercialização agrícola que seja aderente aos compromissos assumidos internacionalmente e que atenda também às necessidades internas do país.

Um fato importante a ser ressaltado é que a política de comercialização teve um foco importante na sustentação de preços, nos Estados Unidos e também na União Europeia não sendo, desta forma, diferente do que acontece no Brasil. Entretanto, mesmo tendo o mesmo foco, isto é, a garantia de produção e segurança alimentar, os mecanismos de intervenção no mercado são diferentes. O governo brasileiro não destina grandes aportes financeiros para a política de comercialização agrícola, interferindo relativamente pouco no mercado agrícola brasileiro, principalmente depois da

reformulação da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) no final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desenvolveu o Producer Support Estimate (PSE). Este indicador mensura as transferências repassadas ao produtor individual por meio das políticas de apoio à agricultura. O PSE é um indicador do valor monetário bruto transferido de consumidores e contribuintes para produtores agrícolas, mensurados dentro da porteira. O indicador PSE para o Brasil é inferior à estimativa deste mesmo indicador para os países da União Europeia e dos Estados Unidos. Assim, existe espaço para uma política agrícola mais vigorosa, com maior aporte financeiro ao setor.

O importante é a escolha de instrumentos adequados, dado que os recursos orçamentários são sempre um fator de restrição. Outro ponto importante que o estudo ressalta é que os acordos comerciais futuros e as mudanças nas relações comerciais entre os países participantes terão fortes impactos nos mercados agrícolas e em suas políticas domésticas de apoio ao setor agrícola e, desta forma, o Brasil deve estar atento ao funcionamento das políticas de outros países.